

SECA: fenômeno de muitas faces

Maria Lia Corrêa de Araújo¹

No meio rural brasileiro, as transformações acontecidas nas últimas décadas se articulam com um processo de modernização que, segundo Müller (1989:110), “significa a ampliação do modo capitalista intensivo de produzir e de distribuir nas atividades agrárias”. Como consequência, consolida-se, ao menos em algumas regiões do território nacional, alterações significativas nas bases da organização produtiva, com o objetivo de alcançar níveis de produtividade comparáveis aos registrados em países classificados como capitalistas modernos.

O desenvolvimento dos complexos agroindustriais se inscreve como exemplo dessa passagem dos moldes extensivos de produção para os novos mecanismos de exploração agropecuária, onde o enfoque empresarial adquire maior proeminência.

Tais mudanças, observadas no plano das relações econômicas, vinculam-se, simultaneamente, ao aparecimento de formas de organização social e política, caracterizadas por espaços de autonomia certamente mais alargados, com relação a épocas anteriores, sendo eventualmente rompidas formas tradicionais de dominação (Cf. Bursztyn, 1984). A eclosão de lutas sociais no campo, movimento de grande visibilidade a partir da década de 70, constitui-se em expressão dessa renovação no âmbito das relações de poder que, em um passado não tão distante, marcaram as formas de representação de interesses em áreas rurais. Assim, se, sob a perspectiva das atividades produtivas, a intervenção do Estado – pautada por ações que contemplavam a concessão de subsídios creditícios e de incentivos fiscais – contribuiu para a redefinição do

¹ Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco.

papel da agropecuária na economia brasileira, os efeitos perversos dessa mesma política colaboraram para acentuar os problemas sociais vividos pelas populações pobres residentes no interior do País.

A modernização da agropecuária brasileira iria se revelar, portanto, contraditoriamente danosa, sob a ótica das repercussões provocadas em relação à maioria dos trabalhadores rurais, categoria que designa um conjunto bastante amplo de atores sociais, que inclui o grande grupo dos agricultores sem-terra e dos assalariados.

O caráter excludente das políticas governamentais dirigidas ao desenvolvimento rural, ao longo de todo o período pós-64, encontra-se mencionado em vários autores, a exemplo de *Carvalho* (1989); *Palmeira* (1989:97-98); *Palmeira & Leite* (1997); *Graziano da Silva* (1993), dentre outros. A queda na qualidade de vida das populações rurais; a concentração fundiária, acompanhada de violência, como no caso das "grilagens" de terra acontecidas em algumas regiões; o êxodo² para as cidades de médio e grande porte; o aumento na taxa de exploração da força de trabalho, dentre outros indicadores de igual relevância, aparecem como conseqüências das transformações no campo. Lembra *Rego* (1993:25) que, nas suas bases, trata-se de "processo de *modernização sem ruptura*, isto é, uma modernização que ocorre sem uma alteração significativa da arcaizada estrutura de distribuição da propriedade rural".

Contudo, todo esse conjunto de fatores que favoreceram a deterioração nos padrões de existência não ficaria circunscrito aos espaços rurais, na medida em que desembocava nas grandes metrópoles, acompanhando as levas de retirantes, que, durante alguns anos, fizeram o itinerário campo-cidade. O crescimento da população urbana no Brasil, em especial entre os anos de 1970 e 80, sinaliza a importância das mudanças que ocorriam no campo brasileiro, consolidando-se o processo de "urbanização" da população e do próprio setor agropecuário.

Desde então, evidencia-se a dificuldade de se pensar o mundo rural desvinculado dos demais setores da economia nacional,

2 As estatísticas oficiais referentes ao período entre 1940 e 1980 mostram que houve uma diminuição bastante expressiva da população rural, registrando-se uma queda percentual de 70 para 30% do total da população brasileira. Os dados do Censo Demográfico de 1991 confirmam esta tendência, apurando-se que, naquele ano havia um contingente populacional de 110.990.990 pessoas residindo em áreas urbanas (75,6% do total), enquanto 35.834.485 ocupavam áreas rurais (24,4%). Estimativas referentes ao período mostram que, na década de 60, 12.800.000 migrantes se deslocaram do campo para a cidade; nos anos 70, foram 15.600.000, e, na década seguinte, esse número correspondia a 11.300.000.

confirmando-se tendências indicadas por autores como *Graziano da Silva* (1981), quando fala de “industrialização da agricultura”, e *Oliveira* (1990: 26), ao mencionar o movimento de “desregionalização burguesa”.

Verifica-se, então, que o modelo de desenvolvimento privilegiado (décadas de 1960-80) facilitou não apenas a penetração de grandes grupos econômicos nas atividades agropecuárias e agroindustriais, mas, ao mesmo tempo, a convergência de interesses de diferentes capitais em torno da especulação com a terra, reproduzindo, sob novas características, o “padrão latifundista e concentracionista de propriedade”, e contribuindo para a proletarianização e a minifundização, além de fortalecer o “velho capital agrário” (Cf. *Rego*: 1993:26).

Resta frisar que, a despeito do caráter territorialmente abrangente de determinadas políticas e programas de ação do poder público, que se encontram na base das mudanças anteriormente citadas, nem todas as regiões do País receberam investimentos visando o desenvolvimento rural. Variáveis de ordem técnica – como a qualidade dos solos, o tipo de produto explorado, as oportunidades de mercado, dentre outras – e políticas – onde se destacam as pressões exercidas por grupos econômicos interessados – certamente influenciaram o fortalecimento de determinados pólos, que passam a funcionar em conformidade com o modelo de produção propugnado.

Excluindo-se as manchas úmidas – também denominadas “áreas de exceção”³ –, o Semi-Árido nordestino tem integrado, com maior frequência, as agendas de trabalho vinculadas a políticas sociais, muitas das quais de caráter compensatório, destinadas a corrigir distorções geradas pelo modelo econômico. Questões como equidade social, cidadania e sustentabilidade ambiental só recentemente passaram a ocupar posição de destaque no discurso dos governantes, ainda que os efeitos práticos dessa busca de reconceituação do modelo de desenvolvimento ainda se mostrem pouco significativos.

Assim sendo, não se afigura pertinente estabelecer, sem as devidas ressalvas, generalizações, quanto à expansão das agroindústrias no campo, na medida em que empiricamente se revela uma significativa variedade de situações, que apontam diferentes níveis de desenvolvimento e de inserção nos novos padrões de

3 Denominação adotada, dentre outros, pelo geógrafo Mário Lacerda de Melo (1988).

produção. Essa diversidade nem sempre é considerada na sua plenitude, dando margem, no âmbito dos estudos sobre o setor agrícola, às mencionadas interpretações generalizantes, que recaem em visões homogeneizadoras da realidade, a exemplo do que hoje ocorre com certas abordagens acerca do “novo rural brasileiro” e dos impactos da globalização.

E, sob tal perspectiva, não há como ignorar a presença de um certo descompasso entre a dimensão estritamente econômica e as redefinições que se operam no patamar das relações sociais e políticas, na medida em que, mesmo naquelas áreas não-beneficiadas pelas políticas agrícolas implementadas pelo poder público, verifica-se a sedimentação de formas de interação e modos de agir social e politicamente diferenciados, podendo-se destacar a organização das massas rurais em torno de demandas com visibilidade em nível nacional (*Iorio; Medeiros, 1994*). As articulações entre os atores sociais organizados tornam-se, paulatinamente, mais intensas, rompendo-se o caráter localizado de conflitos que aconteciam em vários pontos do País, unindo, inclusive, militantes de movimentos rurais com outros vinculados a lutas tipicamente urbanas.

Contradições e recorrências

No enfoque de um fenômeno natural real e potencialmente danoso como as secas que atingem, regularmente, o Nordeste brasileiro, são realçadas, justamente, as disparidades identificadas no que diz respeito ao patamar de crescimento econômico alcançado por cada região, em particular. Ressalte-se, porém, que, hoje, são objeto de críticas, “os discursos que giram em torno da denúncia do colonialismo interno, das desigualdades regionais, da exploração do Nordeste pelo Sul e vice-versa”, que, segundo avalia *Albuquerque Jr. (1999: 310)*, “são discursos presos a essa lógica da vitimização, da culpa sendo posta sempre no 'outro', criando um 'eu' descomprometido com sua própria condição”. O mesmo autor acrescenta, ainda, que interesses internos à própria região constituíram-se em obstáculos a medidas modernizadoras, “bloqueando o ímpeto de mudanças nas relações sociais”, lembrando que o discurso da seca, “traçando quadros de horrores”, inegavelmente favoreceu a unificação dos interesses regionais (*Albuquerque Jr., 1999: 312 e 59*).

Desse modo, em um cenário de contradições, no qual a expressão de interesses particularizados ou corporativos procura

realçar o tema das desigualdades, como se a igualdade devesse vir como uma dívida do "outro" (o Sudeste do Brasil), a incidência de secas periódicas freqüentemente simboliza o momento de luta política das elites nordestinas, visando a garantia de benesses do poder central. Constitui-se, igualmente na possibilidade de visualização de estados de privação – nos limites das necessidades básicas à sobrevivência humana – que, de modo algum, se afiguram condizentes com a imagem de um País desenvolvido. Mesmo na ausência de elementos de análise mais acurados, o senso comum mostra-se suficientemente adequado para se constatar os efeitos perversos das desigualdades sociais e econômicas inter e intra-regionais, assim como a incapacidade – obviamente ligada a interesses divergentes, nem sempre explicitados – dos sucessivos governos, quanto à formulação de políticas de prevenção dos impactos negativos das secas.

A histórica repetição de problemas sociais como os derivados das secas nordestinas desvendam uma aparente contradição, em face das transformações que delineiam um novo perfil do meio rural brasileiro. Em certa medida, pode-se pensar que as dificuldades enfrentadas decorreriam do fato de, na sua grande maioria, as áreas afetadas por esse tipo de estiagem não apresentarem potencial de desenvolvimento capaz de justificar ações do poder público com essa finalidade. Assim, em um quadro de carências sociais agravadas pela ausência de investimentos contínuos, no sentido da superação e reversão das adversidades, a seca se instala gerando impactos de proporções de fato catastróficas. Sob tal perspectiva, pouca novidade há para se acrescentar aos incontáveis relatos acerca da quebra dos precários pilares das bases de sobrevivência de significativo número de pessoas residentes nas localidades, onde, a cada estiagem, se decreta estado de calamidade pública.

Mesmo quando se encara a seca como fenômeno eminentemente natural, identificam-se formas variadas de repercussão sobre a região normalmente afetada. No entanto, essa diversidade se amplia enormemente quando os impactos são avaliados sob o prisma das relações sociais.

Ressaltam-se, primeiramente, as maneiras como os distintos segmentos sociais se comportam quando da ocorrência de uma seca e, de imediato, podem ser reconhecidos dois grandes grupos: (a) o que congrega o grande contingente dos vulneráveis, composto por pessoas incapazes de enfrentar, sem ajuda externa, os

desdobramentos de um longo e intenso período sem chuvas; (b) o composto por indivíduos potencialmente resistentes, sendo integrado por parcela da população que, em decorrência de fatores como riqueza pessoal ou familiar, ou, ainda, o próprio nível de intensidade do fenômeno, revelam-se melhor capacitados para sobreviver, sem maiores seqüelas, às secas periódicas.

Constata-se, portanto, que a apressadamente denominada “população flagelada ou atingida” consiste, na realidade, em um agrupamento heterogêneo, fato que condiciona percepções, vivências e, conseqüentemente, demandas com especificidades próprias. Daí, a pertinência de se tentar descobrir as muitas faces da seca.

Estudo recente de *Fisher; Melo* (1999) aborda, dentre outras peculiaridades da atual manifestação do fenômeno, o significado da seca sob a ótica das pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa de campo. As definições compiladas pelas pesquisadoras poderiam ser objeto de uma classificação, levando-se em consideração a ênfase conferida a determinados elementos contidos no tipo de compreensão expresso naquela ocasião: (a) explicações circunscritas à priorização das análises técnicas relacionadas com as causas e a ocorrência da seca; (b) explicações delineadas a partir dos impactos da seca sobre as populações, com a priorização da dimensão social; (c) explicações que procuram conciliar a compreensão técnica com a percepção dos efeitos sociais.

De modo geral, os significados da seca, extraídos do discurso dos atuais “flagelados”, apreendidos em trabalhos como o desenvolvido por *Fisher; Melo* (1999), pouco diferem daqueles encontrados por intermédio de uma outra pesquisa, realizada à época da seca de 1979-80⁴. Desse modo, tendo-se como referência dois momentos distintos, em termos de conjuntura social, econômica, política e cultural, embora paradoxalmente assemelhados pela própria incidência de uma seca, chega-se a uma possível classificação do teor das interpretações do evento analisado:

- A seca vista como causa ou fator de agravamento de condições de vida já marcadas pela pobreza, o que leva às referências acerca de casos de fome ou, como alguns preferem designar, de “precisão”:

4 Na elaboração do presente trabalho, foram consultadas informações de fontes diversas, dentre as quais se destacam: PESSOA, Dirceu et. al. *A seca nordestina de 79-80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983 (Documento final de pesquisa composto por 7 volumes); FISCHER, Izaura; MELO, Lígia Albuquerque. *Um informe sobre a seca nordestina de 1998*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999 (Versão preliminar do relatório).

"Seca é falta de chuva e, não chovendo, não se tem o que comer"
(trabalhador assalariado, 1979)

" Seca é um grande desastre. A partir da seca, acaba tudo. A terra vira deserto. Acaba a família. A seca acaba a pessoa, que se acaba de trabalhar" (proprietária rural, 1999)

- A seca como elemento desestabilizador da economia local, causando prejuízos, de intensidade variável, na produção agropecuária, bem como no mercado de trabalho disponível em épocas normais. São freqüentes as referências a situações de desemprego, para aqueles que dependem do trabalho assalariado, bem como ao encerramento de contratos de parceria; a perdas nas colheitas e nos rebanhos, ressaltando-se, no último caso, não apenas a morte de animais por falta de água e de pasto, mas, também, a venda em condições desvantajosas para o proprietário;
- A seca como decorrência de elementos metafísicos, constituindo-se em expressão de um "castigo divino" destinado a purgar pecados cometidos, ou sendo fruto de um "esquecimento" do Senhor, em relação às necessidades dos grupos vitimados:
" Uma seca é não chover e o açude não botar água. É Nosso Senhor se esquecer do local" (pequeno proprietário, 1999)
"A seca é um castigo, o povo merece mais que isso. O pessoal hoje são muito rebelde, não faz fé em nada. Quando Deus quiser, manda chuva" (proprietária rural, 1979)

Esse último tipo de abordagem se realimenta em visões fatalistas da realidade, onde a religiosidade conduz ao que *Gomes (1998:209)* se refere como um "naturalismo desmesurado" que "revela o mundo encantado, cheio de mistérios, de *ciências*". Esse tipo de postura gera, conforme analisa o mencionado autor, um conformismo frente às desigualdades sociais (*Idem, p. 210*).

No entanto, se, por um lado, é possível identificar fatos concretos e percepções que parecem se reproduzir ao longo dos anos, especialmente no que concerne às maneiras como as populações afetadas pelo problema elaboram o seu discurso, não há como fugir à constatação de que a dinâmica social se revela em mudanças significativas quanto às maneiras de agir dos segmentos dominados, que compõem o grande contingente dos atingidos pelas secas.

A crise na produção agrícola regional – destacando-se a redução dos espaços de cultivo do algodão e o fracasso de alguns projetos de irrigação pública instalados, os quais, por razões de ordem diversa, contribuíram para a formação de solos salinizados, imprestáveis para a agricultura – não se encontra diretamente relacionada com as secas, sendo muito mais produto de planejamento e de ações inadequadas, quanto ao correto uso dos recursos naturais disponíveis. Diagnóstico elaborado no âmbito do Plano Nacional de Combate à Desertificação revela que “as áreas afetadas de forma muito grave e grave somam 181.000 Km quadrados (18,1 milhões de hectares), além das áreas irrigadas com salinização, que podem chegar a 30 mil hectares” (*Jornal do Comercio*, 25/4/99).

Dada a incapacidade de o setor agropecuário absorver toda a mão-de-obra disponível nos sertões nordestinos, somada à presença pouco significativa de setores econômicos industriais que poderiam ampliar as oportunidades de emprego nos municípios situados nessa região, um período de seca certamente representa a ruptura das frágeis bases de sustentação dessa economia, restando aos setores mais vulneráveis poucas opções de enfrentamento das dificuldades advindas.

Como no passado, as migrações⁵ para os centros urbanos e a dependência frente ao Governo se colocam como causa e consequência do acirramento do quadro de pobreza preexistente. Mas, no contexto geral da seca que ora se manifesta, não se trata de uma mera repetição de situações que marcaram secas acontecidas em outras décadas, visto que um conjunto de mudanças parece se encontrar em curso, associado a fatores como: (a) as facilidades de acesso e de difusão de informações – por intermédio dos meios de comunicação, sobretudo, a televisão – se sobrepondo ao isolamento característico de épocas passadas; (b) a organização política em instituições representativas, com reconhecido poder de pressão sobre os governantes, como os sindicatos de trabalhadores rurais, o movimento dos trabalhadores sem-terra, as ONG’s com objetivos e filiações políticas as mais diversas; (c) o fato de haverem se tornado mais acessíveis os serviços sociais básicos, a exemplo do fornecimento de energia elétrica, previdência rural, educação; (d) a convivência

5 Segundo dados divulgados pelo jornal *Folha de S. Paulo* (28/04/98 - 3º Caderno, p. 3), em cidades como Caraúbas (PB), entre 1996 e 1998, cerca de 1.200 dos 3.200 habitantes migraram para outros estados, como São Paulo, por causa da seca. Informa, ainda, ser significativo o número de trabalhadores saídos da região de Irecê (BA), com destino a Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

com problemas sociais, antes identificados com a vida nas grandes cidades, como a falta de segurança, a prostituição, o consumo e o tráfico de drogas.

Encontra-se, portanto, em gestação um novo perfil de flagelado das secas, não mais restrito aos espaços sertanejos, nem ao que, em tempos não tão longínquos, se definia como meio rural. Constroem-se, agora, modos de vida cada vez mais distanciados da visão idílica do sertão como “o melhor lugar para se viver. Livre das decadências trazidas pela civilização, lugar dos verdadeiros homens de fibra e das mulheres de honra”, segundo apreciação de escritores tradicionalistas da primeira metade do século, a exemplo de Rachel de Queiroz e José Américo (Cf. *Albuquerque Jr.*, 1999: 122).

Noticiário sobre a seca atual

Em julho de 1997, a imprensa nacional divulga resultados de estudos desenvolvidos pelo Instituto de Meteorologia, que alertavam para as repercussões do fenômeno climático *El Niño*⁶ no Brasil. Levantamento de dados realizado no *Diário de Pernambuco*, jornal de grande circulação neste Estado, revela que, já naquele momento, o Governo federal (Ministério da Agricultura) constituiu comissão técnica para analisar os efeitos do *El Niño* no País, embora não se fizesse menção, naquele momento, a propostas de intervenção imediata. Através da imprensa, as previsões do Instituto de Meteorologia seriam corroboradas pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos-CPTEC, órgão ligado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, que anuncia, nesse mesmo período, a possibilidade de enchentes no Sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul e Paraná, a partir de outubro, além de estiagem no Nordeste, a se agravar a partir de janeiro a maio de 1998.

Em setembro deste mesmo ano (1997), o Governo do Estado de Pernambuco conclui projeto⁷ dirigido a 124 municípios do Sertão e do Agreste pernambucano, visando atenuar os impactos negativos

6 Fenômeno estudado no Brasil desde o início dos anos 80, correspondendo a um superaquecimento das águas do Oceano Pacífico de 3 a 5 graus celsius, nas proximidades da costa peruana.

7 Inicialmente, o projeto recebeu a denominação de *Pernambuco Solidário*, vindo a ser rebatizado, em abril de 1998, como *Pernambuco convivendo com a seca*, cujas metas mais importantes eram: conclusão de obras planejadas em 107 municípios e capacitação técnica de trabalhadores rurais, além de investimentos em ações de caráter temporário, com a realização de obras selecionadas com a participação da população.

das alterações climáticas prognosticadas. O Governo federal só viria encaminhar ações emergenciais tardiamente, em maio de 1998, mediante um programa de distribuição de cestas básicas e a criação de frentes produtivas, que seria inicialmente implantado em 216 municípios nordestinos, dos 1209 atingidos pela seca (*Diário de Pernambuco*, 29/4/98). Segundo informações propagadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, coordenadora do Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, no primeiro momento foram atendidos 785 mil trabalhadores, em 1235 municípios, sendo liberados, entre julho e dezembro de 1998, um montante de recursos equivalente a 477,8 milhões de reais para a viabilização das frentes de trabalho. Cada trabalhador receberia mensalmente R\$ 80,00: R\$ 65,00 pagos pelo Governo federal e R\$15,00 correspondendo à contrapartida dos Governos estaduais.

ÁREA ATINGIDA PELA SECA

Estado	Pop. total	Pop. rural	Mun. atingidos
Piauí	2.651.428	1.131.677	221
Ceará	4.562.709	2.053.119	181
Rio G. do Norte	2.558.700	673.786	156
Paraíba	3.305.600	889.725	193
Pernambuco	7.399.100	1.371.421	127
Alagoas	2.633.300	489.650	50
Sergipe	1.624.200	275.453	33
Bahia	12.541.700	3.184.184	257
Minas Gerais (*)	2.802.656	870.088	140
Espírito Santo (**)	704.095	245.552	27

Fonte: Sudene – Dados de população IBGE – 1996; Quantidade de municípios – IBGE 1997

(*) Minas Gerais – área de atuação da Sudene

(**) Espírito Santo – área de atuação da Sudene

Entre a divulgação das previsões do Instituto de Meteorologia e do CPTEC e as providências encaminhadas pelo Governo federal, verificou-se uma grande morosidade do poder público federal quanto à apresentação e à execução de medidas objetivando amenizar os impactos negativos da seca. Nas edições do *Diário de Pernambuco* referentes à primeira metade de 1998, encontram-se matérias que destacam, exatamente, a carência de agilidade governamental em face de um desastre propalado com antecedência e tecnicamente comprovado.

O noticiário constitui-se em reflexo do debate que, então, acontecia, no âmbito do qual as críticas encontravam-se fortemente permeadas por uma sensibilidade política aguçada em um ano eleitoral. A gravidade da situação era, no entanto, inegável e o clima de tensão social, natural em períodos de ocorrência de longas estiagens, associava-se, agora, a formas mais organizadas e mais politizadas de denúncia e de protesto. Os saques⁸ em caminhões ou em depósitos de alimentos fazem reviver toda uma tradição de práticas dessa natureza, repetidas a cada seca.

De modo geral, o noticiário jornalístico traduz a multiplicidade de interpretações em torno desse tipo de ação coletiva, que, se por um lado, é enfocada sob o prisma de justa revolta contra o quadro de carências acentuadas pela seca, por outro lado, atrai referências críticas que procuram realçar o uso político da seca em si e, também, dos saques acontecidos. O diferencial em relação às formas de luta do passado reside, justamente, no conteúdo político-ideológico dos argumentos utilizados para justificar tais ações perante a opinião pública.

Em abril de 1998, o jornal *Folha de S. Paulo*⁹ trazia matéria sobre o assunto, na qual se dizia que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra- MST entregara à Sudene uma pauta de reivindicações¹⁰ com propostas para o combate à seca, além de estabelecer um prazo para o atendimento das demandas, sob a ameaça de “saques generalizados na região”. Segundo o líder do movimento, José Rainha Júnior, “saquear para matar a fome não é pecado. No Nordeste, onde a situação está crítica, o MST tem apoiado a luta dos agricultores”. Nesse caso específico, assim como em outras situações similares, afirma-se uma concepção dos saques como instrumento de pressão, utilizado como forma de viabilizar demandas que integram pautas de luta de órgãos de representação. Sob essa ótica, não se trata de mobilizações desencadeadas apenas pelo estado de privação exacerbado, envolvendo “famélicos” em luta pela sobrevivência.

A participação ativa de organizações politicamente fortes, em nível nacional, como o MST, certamente atribui uma nova dimensão

8 Abordando a temática dos saques há o trabalho de FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano*. In: *Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano*, João Pessoa, 1985. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, 1985. pp. 101-117.

9 *Folha de S. Paulo*, dia 25/04/98, 3º Caderno, p. 1.

10 Dentre as demandas apresentadas pelo MST, destacam-se: abertura de crédito especial para pequenos agricultores; fornecimento de alimentação e água para as comunidades sertanejas, desapropriação de áreas férteis como as do cacau, na Bahia, as da cana-de-açúcar, em Alagoas e em Pernambuco e as das margens do Rio São Francisco.

à problemática da seca e, conseqüentemente, às formas de luta tradicionalmente empreendidas pelos agricultores sertanejos, em épocas passadas. As reações a esse tipo de posicionamento revelam-se, por exemplo, nas denúncias quanto ao “uso eleitoral da fome dos agricultores”, por parte de políticos e de órgãos de representação como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Certamente favorecida pela atenção conferida pelos meios de comunicação, a visibilidade desses atos de “desobediência civil”, para uns, ou deliberadamente criminosos¹¹, para outros, levou o jornalista Elio Gaspari a tecer o seguinte comentário: “há secas que mudam a história das secas. A de 1877 cravou o tema na consciência nacional. A de 1915 provocou o envolvimento do governo com suas conseqüências. A de 1958 gerou a Sudene. A de 1998 transpôs os saques da fome do sertão nordestino para a sala de jantar do Brasil” (*Folha de S. Paulo*, 14/06/98, caderno 1, p. 12). A depender da perspectiva de análise de quem observa os fatos, a fome ou a desordem fica mais presente no cotidiano das pessoas.

Com os veículos de informação fazendo chegar ao grande público notícias e imagens, quase diárias, sobre a miséria dos sertanejos nordestinos em conseqüência da seca, em uma conjuntura típica de um ano de eleições para presidente da república, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, são gerados os condicionantes básicos à formação de uma cadeia de solidariedade e de filantropia. Todos esses fatores terminaram contribuindo para que as reações aos saques fossem mais comedidas e, sobretudo, cautelosas. Delineiam-se, assim, os elementos da visão da seca e de uma de suas expressões – os saques – como questão social, parecendo descabido, portanto, o uso indiscriminado da força policial para coibir as mobilizações.

Na realidade, a despeito do enfoque muitas vezes sensacionalista assumido pela mídia no tratamento dos fatos, a massificação de informações sobre as condições de vida de parcelas significativas da população nordestina certamente tem seu lado positivo. Inconscientemente, as pessoas são levadas a fazer a associação entre seca e pobreza, reforçando a percepção de que a situação de calamidade, expressa em imagens fortes e

¹¹ Visando reprimir a onda de saques que aconteciam no Nordeste e, principalmente, minar a força do MST nessas ações, o Ministério da Justiça determinou a abertura de inquéritos para apurar o envolvimento dos dirigentes do referido movimento, chegando inclusive, a criar um “Disque-Denúncia”, com o objetivo de receber, por telefone, acusações contra incitadores de saques.

sensibilizadoras, adquire tal proporção como consequência das desigualdades sociais. Nesse sentido, talvez estejam se difundindo percepções contidas em estudos como o desenvolvido por Duarte (1999: 14), onde se afirma que a pobreza no Sertão decorre de fatores não-climáticos, reproduzindo em escala mesorregional as desigualdades sociais existentes no Brasil como um todo, para as quais contribui a divisão desproporcional, no tocante à distribuição da propriedade fundiária.

Tomando-se como exemplo os indicadores socioeconômicos relativos ao Estado de Pernambuco, é possível depreender a fragilidade da população quando da ocorrência de um desastre natural, sendo, conseqüentemente, reduzida a capacidade de enfrentamento da situação de crise econômica advinda. Segundo estimativas divulgadas pelo Condepe, aproximadamente 32% da população do Estado são classificados como indigentes. Como fato complicador, resta frisar que a presente estiagem se expande para além dos limites do denominado polígono das secas, na medida em que tem causado prejuízos em regiões normalmente pouco afetadas, como o Agreste e a Zona da Mata. O *Programa Pernambuco convivendo com a seca*, lançado pelo Governo estadual em dezembro de 1997, já previa o cadastramento de trabalhadores em frentes de emergência que seriam instaladas em 107 municípios, dos quais 60% situados no Agreste e 40% no Sertão, indicando a expansão do fenômeno em áreas melhor providas em termos de recursos naturais fundamentais à agricultura.

Estudo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido-Embrapa resultou no documento intitulado *Zoneamento agropecuário do Nordeste*, no qual se delimita uma área de cerca de 947.150 quilômetros quadrados, correspondente a 57,4% do território nordestino, onde, com maior freqüência, acontecem estiagens de maior porte. A seca atual tem causado prejuízos à produção agropecuária do Agreste e da Zona da Mata, chegando até o litoral em algumas localidades, contribuindo, igualmente, para diminuir a capacidade de abastecimento de água das regiões metropolitanas de Fortaleza e do Recife. Cabe acrescentar que, como assinala Duarte (1999), baseado no zoneamento agroecológico do Nordeste elaborado pela Embrapa, o Semi-Árido nordestino apresenta diferenciações internas – variações quanto às precipitações pluviométricas associadas à evapotranspiração – a partir das quais se definem modos, também distintos, de ocupação e uso do solo.

Com louvável capacidade de observação e de síntese, Domingos Neto; Borges, em ensaio publicado no ano de 1983,

conseguem realçar assuntos que, sistematicamente, aparecem em notícias veiculadas em jornais editados em épocas diversas, tanto no século passado (1877) como nos anos 80. A abordagem das várias secas parece se caracterizar, desse modo, como uma repetição de fatos e situações acontecidas em momentos tão diferentes:

A chuva chega atrasada. Chove fora de tempo. Chove pouco ou não chove. As plantações se perdem, falta trabalho. O gado sofre. As famílias dos agricultores passam fome, tentam se arranjar com raízes, lutam para encontrar alguma caça no mato seco. Em alguns lugares, há ameaça de sede. A população esgota as possibilidades de sobrevivência em seus locais de moradia. Apela aos santos. A tragédia se espalha em muitas direções. Os preços dos alimentos sobem bruscamente. A polícia intervém contra os saques ou ameaças de saques. Começa o deslocamento em massa da população: o povo sai em busca de alimentos e emprego nas cidades. Ou em busca de terras úmidas devolutas que quase não existem mais. Autoridades locais pedem providências ao governo. Ministros fazem declarações à imprensa. Comovidos, demonstram preocupação, anunciam verbas e planos salvadores. Formam-se as frentes de serviço. As vagas não são suficientes para atender aos milhares de desempregados famintos. Surgem denúncias de corrupção com os recursos da emergência... (Domingos Neto; Borges, 1983: 27).

Resumem os autores que prevalece a tendência de se atribuir aos fatores climáticos a responsabilidade pelas secas: "*o grande vilão da tragédia de mil atos é o céu*" (Ibidem:27).

Dados preliminares resultantes de pesquisa em desenvolvimento no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco¹² parecem confirmar os comentários acima indicados, observando-se, com relação ao período 1997-1999, a repetição de cenários característicos de tantas secas vividas no passado. No entanto, apesar de a imprensa repisar temas secularmente enfocados no tratamento das secas, constata-se a presença de transformações, de fato, relevantes no

12 Estudo intitulado *Visões da Seca: projetos e práticas dos atores sociais*, coordenado por Maria Lia Corrêa de Araújo, Edneida Rabelo Cavalcanti e Agostinho Odísio Neto, encontra-se, justamente, na fase de levantamento de dados secundários, inclusive aqueles provenientes da pesquisa no *Diário de Pernambuco* e no *Jornal do Commercio*.

tocante às formas de organização social e, igualmente, nas maneiras como se realizam as atividades econômicas. Inevitavelmente, mudanças de comportamento se manifestam, quando se focaliza a questão sob o prisma dos atores sociais, muito embora o conteúdo das notícias analisadas até o momento não indiquem alterações significativas nos temas comumente enfatizados pelos jornais pernambucanos.

Assim, utilizando-se como material de análise notícias publicadas nos dois jornais de maior circulação no estado de Pernambuco¹³, é possível adiantar algumas observações de caráter geral:

- (a) Nos anos 1997-1999, os atores sociais coletivos pouco espaço ocupam nas matérias jornalísticas relativas à seca. Predominam informações sobre projetos elaborados e executados pelo poder público, nas suas instâncias federal e estadual. Por esta razão, sob o enfoque dos atores sociais consegue-se visualizar, quase que exclusivamente, os vários órgãos governamentais envolvidos nas ações de combate aos efeitos da seca;
- (b) Aos primeiros sinais da seca anunciada, as populações afetadas aparecem no noticiário como personagens passivos de um discurso, que normalmente enfatiza o “tom de flagelo”, como argumento que, historicamente, tem se mostrado eficiente à captação de recursos federais para a região;
- (c) As denúncias acerca do “uso político”¹⁴ da seca se constituem em tema freqüente no noticiário, muito embora se identifiquem visões variadas no tocante a este aspecto específico;

13 Trata-se de pesquisa em andamento, o que atribui às observações aqui apresentadas o caráter preliminar que lhe é adequadamente pertinente. Foram compiladas notícias publicadas no período entre 1997 e 1999.

14 As denúncias referentes ao uso da seca como instrumento para a mobilização de interesses político-eleitorais constituem-se em um verdadeiro *leit motiv* revivido a cada período de estiagem. Nos jornais, encontra-se farto material que poderia ser classificado nessa categoria. Normalmente, a esse tipo de crítica contrapõem-se informações sobre características dos programas implementados pelo governo e, sobretudo, acerca da intensidade dos efeitos negativos vivenciados pelas populações de determinadas áreas. Pelo menos com relação ao período pesquisado, não foram encontradas contestações diretas a tais acusações, como, por exemplo faz Eloy de Souza, político potiguar da primeira metade do século, quando afirma: “sem embargo dessa odisséia multissecular de fome e sede, pestes e tormentos inenarráveis, criou-se neste País sem memória a lenda de que há no Nordeste uma indústria das secas. Essa injúria sempre a tivemos como anônima, gerada na maldade de certa imprensa irresponsável, para fins de publicidade sensacional”.

(d) Os denominados “flagelados” tornam-se especialmente visíveis ao expressarem seus interesses/demandas através dos saques, ações coletivas que, a partir da seca de 1979-83, passam a revelar níveis de organização e de politização bem mais acentuados, em relação a lutas semelhantes ocorridas em épocas anteriores. A participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra-MST e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais-MSTR nesses atos certamente contribuiu para delinear as novas características. No decorrer do ano de 1998, observou-se um crescimento significativo no número de saques, nos quais se identifica, de imediato, a dimensão de denúncia, constituindo-se em contraponto violento às ações do poder público, tidas como insuficientes e inadequadas. Revela-se, paralelamente, como a expressão de necessidades concretas, desnudando-se a face da fome e, também, como a materialização de pressões com objetivos precisos, coletivamente defendidos.

Quando em 1997, os jornais passam a dedicar maior atenção às repercussões da seca anunciada, a ênfase do noticiário recaía, exatamente, nas previsões divulgadas pelos órgãos responsáveis pelo estudo e monitoramento dos fenômenos climáticos. Os prognósticos já apontavam, então, para a gravidade da seca atual, comparando-a com as de maior intensidade em todo o século. A confirmação da ausência de chuvas nos períodos esperados serviu apenas para corroborar o que os meteorologistas já haviam amplamente divulgado. A inércia do Governo federal, em relação às providências requeridas nessas situações, passa a ocupar lugar de especial destaque nas matérias jornalísticas, permeadas, em grande medida, pelos interesses políticos em jogo, em um ano eleitoral.

Desse modo, verifica-se que, em 1998, as notícias de jornal se alternam entre as denúncias da morosidade do governo (período até maio, quando o Governo lança o programa de combate aos efeitos da seca); os saques; os relatos de casos de miséria reveladores da extensão dos efeitos do fenômeno; e, ao serem liberados os recursos alocados para socorrer as vítimas da seca, as informações relativas ao uso político, tanto por parte das elites locais, como por parte de “agitadores” e “incitadores da desordem”, personificados em líderes de organizações populares, como o MST. A má utilização do dinheiro público também integra o rol das acusações contidas nos documentos consultados.

Nos periódicos consultados, tão-somente em 1998, encontram-se referências à participação de sindicatos, associações

e organizações não-governamentais nos debates em torno da problemática da seca, fato que demonstra a exigüidade do espaço ocupado no noticiário por esse tipo de entidade. Entretanto, nas localidades visitadas pelas pesquisadoras Fisher; Albuquerque (1999) foi constatado um crescimento significativo do número de associações rurais, para o qual muito teriam contribuído as ações desenvolvidas por organizações não-governamentais e as normas fixadas por algumas agências de financiamento, como o Banco Mundial, co-participantes de projetos destinados à concessão de crédito para a produção agropecuária; eletrificação rural; programas de saúde rural; programas de geração de emprego. Em municípios sertanejos, como Patos (PB), as pesquisadoras citadas registraram, em 1999, a existência de 106 associações rurais, o que denota a importância desse novo canal de representação de interesses de comunidades rurais, afora a presença dos conselhos municipais vinculados à execução de ações governamentais na área de educação, saúde, criança e adolescente, segurança, etc.

A realização do *Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca*, lançado pelo Governo em 1998, encontrava-se respaldada em um modelo de organização, no qual estava prevista a formação de comissões compostas por representantes de órgãos públicos e das comunidades. Sob a perspectiva da descentralização das ações do Governo federal, tendência que começa a se estruturar a partir da Constituição de 1988, as comissões da seca contribuiriam, em tese, para minimizar as influências políticas na distribuição de cestas básicas e no alistamento de trabalhadores nas frentes produtivas, bem como na definição do tipo e da localização de obras a serem executadas no âmbito do programa. Na prática, esse tipo de ingerência não pôde ser de todo eliminado, situação que deu margem a denúncias quanto à má utilização do dinheiro público.

Informações obtidas nas notícias de jornal revelam que, no município pernambucano de Serra Talhada, foram alistados cerca de 3.300 trabalhadores no programa das frentes produtivas, dos quais mais de mil ficaram sem ocupação, devido à falta de planejamento e de definições quanto às obras que deveriam ser realizadas (*Diário de Pernambuco*, 18/1/99). Em outras localidades – Três Passagens; São Lourenço; Desterro; Mirador; Barrinha; Prazeres; São Domingos; Limoeiro e São João dos Gaia – as frentes produtivas só estiveram efetivamente vinculadas a algum trabalho no primeiro mês do programa, de acordo com acusações constantes da mesma matéria (*Diário de Pernambuco*, 18/1/99).

Segundo avalia integrante de uma Organização Não-Governamental atuante no Semi-Árido (Cf. *Fisher; Albuquerque, op.cit., 1999*), “quando o governo tinha muito dinheiro, não falava em comissão. Tudo era entregue aos políticos”, visão que reflete a desconfiança em relação a práticas inovadoras nas formas de gestão, nem sempre respaldada em experiências anteriores de organização e participação popular. Simultaneamente, as dificuldades em gerenciar a distribuição de recursos pouco abundantes, em face do número de pessoas carentes de assistência, geravam o receio de ver os movimentos sociais co-responsabilizados pelo possível insucesso dos planos implementados (Cf. *Fisher; Albuquerque, op.cit., 1999*).

No início de 1999, as expectativas quanto ao início da estação das chuvas, significando a possibilidade de superação do período de seca, seriam confirmadas apenas parcialmente, o que determinou a continuidade do programa de emergência em grande parte dos municípios que vinham sendo atendidos. A meteorologia prenunciava a ocorrência de chuvas em escala menor do que a esperada para os primeiros meses do ano. Falava-se, então, de “seca verde”, imagem utilizada para ilustrar a insuficiência de chuvas, cujo volume estava aquém do requerido para assegurar o sucesso das colheitas.

As comissões estaduais instituídas no âmbito do programa federal de combate aos efeitos da seca foram encarregadas de localizar os “bolsões de seca” no Semi-Árido, visando à definição dos cortes que seriam feitos nas ações em andamento. O número de alistados nas frentes produtivas cai de 1,2 milhão, em 1998, para 900 mil trabalhadores, em abril de 1999, chegando a 740 mil, no mês seguinte. Decidiu-se, igualmente, reduzir o valor do salário pago aos alistados: de R\$ 80,00 passa a R\$ 60,00 mensais.

Restrições orçamentárias impostas pelo Governo federal implicaram a diminuição dos recursos destinados ao programa da seca, fato que motivou uma série de matérias jornalísticas abordando a questão da crise no abastecimento de água em alguns municípios, inclusive no Recife, capital do Estado. Mencionava-se não somente o prolongamento da seca, mas, também, a expansão da área prejudicada, com a inclusão do Agreste e da Zona da Mata pernambucana.

Nesse mesmo período, entidades representativas de setores econômicos ligados à produção sucro-alcooleira de Pernambuco incentivavam o debate acerca dos efeitos perniciosos da seca na Zona da Mata, apresentando estimativas de perdas que variam de 40% a 90% na safra de cana-de-açúcar. Informa o presidente da

Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco que os oito mil fornecedores acumularam, nesta safra, prejuízos em torno de 30 milhões de reais. Mesmo que se questionem os números divulgados pelas entidades patronais ligadas à lavoura canavieira, não foram formulados desmentidos no tocante às repercussões da estiagem nas zonas úmidas de Pernambuco.

Por caminhos distintos, os representantes dos segmentos sociais envolvidos com a problemática da seca – sejam os ligados ao patronato, sejam aqueles vinculados aos agricultores familiares e trabalhadores rurais – procuram valorizar os impactos sofridos, de modo a sensibilizar a opinião pública e, em particular, o Governo federal, o que, sem dúvida, serviria de estímulo a uma oportuna liberação de mais recursos.

As propostas de solução

No noticiário sobre a seca, poucas informações e análises são encontradas, acerca das propostas de solução para os efeitos negativos desse fenômeno. A marca da denúncia parece prevalecer sobre o debate concernente às formas de convivência com esse tipo de adversidade, resultante de fatores naturais e de ocorrência periódica. Algumas sugestões, todavia, ocupam relativo espaço nos jornais consultados, muito embora se configure, como característica destacada, a diversidade e a dispersão de tais alternativas de superação das repercussões nefastas das secas. De modo geral, observa-se a reafirmação de antigas idéias e, sobretudo, os renovados pedidos de ajuda, dirigidos ao Governo federal, no bojo dos quais sobressaem as soluções emergenciais, os eternos paliativos representados pelas frentes de trabalho e a distribuição de água e alimentos.

Mais recentemente, vêm sendo elaboradas e difundidas novas visões no tocante às possibilidades de geração de condições favoráveis à moradia, bem como ao desenvolvimento de atividades econômicas em áreas habitualmente afetadas pelas estiagens prolongadas, em especial o Semi-Árido nordestino. Sob essa perspectiva, a sempre renovada reivindicação por investimentos em recursos hídricos, incorpora – pelo menos em alguns casos – a indicação da necessidade de elaboração de projetos de gerenciamento do uso desses recursos, bem como a adoção de medidas preventivas em face do crescente processo de degradação ambiental registrado em determinadas localidades. A irrigação de

lavouras, solução para a irregularidade das chuvas, tem sido enfatizada em inúmeras ocasiões, se bem que, nos últimos anos, tenham se mostrado mais consistentes e disseminadas as preocupações quanto aos riscos inerentes a tais práticas agrícolas, como, por exemplo, a salinização dos solos¹⁵.

São requeridos, igualmente, investimentos em infra-estrutura, em especial no que se refere ao abastecimento de água para consumo doméstico e para as atividades produtivas (inclusive industriais), e à eletrificação rural.

Entender a seca como “fato social de múltiplas implicações”, como defendem *Souza; Medeiros Filho* (1983: 14), conduz a proposições que, inevitavelmente, incorporam alternativas de convivência com as secas a partir de investimentos em programas voltados à melhoria das condições de vida das populações moradoras das áreas afetadas. Sob essa ótica, o programa de seguridade social rural se inscreve, segundo avalia *Delgado* (1995), como o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural, desempenhando destacado papel na composição da renda familiar, assegurando a reprodução social de um número significativo de unidades familiares.

Aproximadamente 2/3 das famílias rurais recebem benefícios como, por exemplo, aposentadorias, pensões e rendas vitalícias, que, em 1991, representavam cerca de 18% da renda média domiciliar rural no conjunto do País, atingindo quase 28% na região Nordeste (*Delgado*, 1997).

A importância da previdência rural para a manutenção das famílias pobres vitimadas pela seca atual foi observada por *Fischer; Melo* (1999), confirmando, portanto, a tendência identificada com relação ao País como um todo. As autoras mencionadas detectaram, ainda, que o recebimento de uma aposentadoria colabora, em determinados casos, para renovação de hábitos no interior da família. Comentam, por exemplo, que a garantia de renda representada pelo benefício estaria servindo de estímulo à migração intra-regional, no sentido campo-cidade, gerando o desinteresse pelo trabalho agrícola, sobretudo entre os mais jovens.

Investimentos em educação surgem, igualmente, como elemento importante na estrutura das propostas de solução apresentadas nos últimos anos, idéia esta incorporada, em parte, no

15 Sobre essa problemática, ver o estudo desenvolvido por AUDRY, Pierre; SUASSUNA, João (1995).

Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca, posto em prática em 1998. Os resultados alcançados, no que diz respeito a este aspecto inovador da intervenção do Estado nas áreas atingidas pela seca, merecem uma avaliação consistente quanto à sua real abrangência, inclusive porque, apesar de sua indiscutível relevância enquanto elemento de materialização da cidadania, o sistema educativo é incapaz de, por si só, corrigir as desigualdades sociais existentes.

O fato de, a cada seca, serem revividas situações dramáticas de privação por parte de contingentes expressivos da população, expõe, em sua plenitude, a ineficiência dos programas e ações implementadas no decorrer de muitas décadas. Megaprojetos, como a transposição do rio São Francisco ou a expansão da irrigação por todo o Semi-Árido, surgem como propostas salvadoras que esbarram, todavia, em questionamentos preocupantes quanto ao uso correto dos recursos naturais, de modo a prevenir desequilíbrios socioambientais. Daí, a pertinência e a atualidade do debate acerca das alternativas de convivência e de superação das dificuldades decorrentes dos períodos de estiagem prolongados, desde que se trata de um problema ainda sem respostas consistentes.

Nesse ambiente regularmente renovado de carências sociais extremadas; de demandas e protestos articulados por segmentos das elites locais ou dos agricultores familiares e trabalhadores nordestinos; de explicitação da incapacidade de resistir de forma adequada aos impactos negativos de um evento natural, em relação ao qual foram, no entanto, desenvolvidas tecnologias capazes de prever sua ocorrência, consolida-se a visão da seca como fenômeno de muitas faces. Em outros termos, a pluralidade de situações concretamente vividas em cada localidade, bem como no interior do grande contingente dos atingidos reforça a imagem da multiplicidade de atores sociais, com interesses e visões de mundo particulares, e, conseqüentemente, requerendo soluções igualmente diferenciadas.

Bibliografia Consultada

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *A seca dos pobres: estudo junto à população flagelada dos Estados de Pernambuco e Piauí*. In: PESSOA, Dirceu et al. *A seca nordestina de 79-80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

- _____. *El programa de emergencia en las sequías de 1979-1980*. In: CAPUTO, Maria Graciela; HARDOY, Jorge; HERZER, Hilda M. (org.). *Desastres naturales y sociedad en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editos Latinoamericano, 1985.
- AUDRY, Pierre; SUASSUNA, João. *A salinidade das águas disponíveis para a pequena irrigação no sertão nordestino: caracterização, variação sazonal, limitações de uso*. Recife: CNPq, 1995.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: CNPq/Vozes, 1984.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Nordeste: discutindo transformações recentes e novas questões*. Fortaleza: UFC/NEPS/ Mestrado em Sociologia, 1989 (NEPS: Estudos e Pesquisas, 17).
- DELGADO, Guilherme. *Agricultura familiar e política agrícola no Brasil*. In: RAMOS, P.; REYDON, B. (org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas*. Campinas: FAO/IE-UNICAMP, pp. 151-172, 1995.
- _____. (coord.). *previdência rural: relatório de avaliação*. Brasília: IPEA/MPAS, 1997.
- DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Governo do Estado do Piauí/Secretaria de Planejamento/Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, 1983.
- DUARTE, Renato. *A seca no Nordeste: de desastre natural a calamidade pública*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999 (Trabalhos para Discussão, n.89).
- FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. *As frentes de emergência e o movimento dos saques: atenuação e expressão do conflito no meio rural paraibano*. In: *Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano*, João Pessoa, 1985. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1985, 1985. pp. 101-117.
- FISCHER, Izaura Rufino; MELO, Lígia Albuquerque. *Um informe sobre a seca nordestina de 1998*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999 (Versão preliminar do relatório, repro).
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. *A industrialização e a urbanização da agricultura. São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.7, n. 3, pp. 2-10, jul./set. 1993.
- _____. *Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro*.

- In: AGUIAR, Danilo; PINHO, José Benedito (edit.). *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 1998. Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas-MG, 10-14 de agosto de 1998. 2v.
- _____. *Uma agenda de pesquisa ainda para esse final de século*. Trabalho apresentado no Encontro anual da ANPOCS, 1996.
- GOMES, Alfredo Macedo. *Imaginário social da seca*. Recife: Ed. Massangana, 1998.
- IORIO, Maria Cecília; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Trabalhadores do campo: redefinindo relações*. *Tempo e Presença*, n.278, a. 16, pp. 8-10, nov./dez. 1994.
- MELO, Mário Lacerda de (coord.). *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco*. Recife: Sudene/PSU/SRE, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. *Cem anos de República. Notas sobre as transformações estruturais no campo*. *Estudos avançados*, São Paulo, USP, pp. 109-136, v.3, n.&, set./dez. 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de (coord.) *A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste*. Texto-síntese do relatório de pesquisa Estruturas de poder no Nordeste pós-Sudene, convênio Sudene/Cebrap. São Paulo: Cebrap, 1990.
- PALMEIRA, Moacir. *Modernização, estado e questão agrária*. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 3, n.7, pp. 87-108, set./dez. 1989.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária*. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Anpocs, 1996.
- PESSOA, Dirceu et. al. *A seca nordestina de 79-80*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.
- REGO, Murilo Leão. *Dilemas da questão agrária brasileira: tem futuro a reforma agrária? São Paulo em perspectiva*, v.7, n. 3, pp. 21-29, jul./set. 1993.
- SOUZA, Eloy de. *O calvário das secas*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro/Fundação José Augusto, 1983.
- SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca*. Petrópolis: Vozes, 1983.

